



MEMÓRIA DA 40ª REUNIÃO ORDINÁRIA REDE DE CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA - 2021

Aos sete dias do mês de maio de 2021, das 10 às 12 horas, realizou-se por via videoconferência a 40ª Reunião Ordinária da Rede de Controle da Gestão Pública do ano de 2021. Estavam presentes os representantes das seguintes instituições: Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – CELEPAR; Controladoria-Geral da União – CGU; Controladoria-Geral do Estado do Paraná – CGE/PR; Departamento da Polícia Federal – DPF; Ministério Público do Paraná – MPPR; Ministério Público Federal – MPF; Observatório Social do Brasil – OSB; Receita Federal do Brasil – RFB; Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA; Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP; Tribunal de Contas da União – TCU; Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR; e Tribunal Regional Eleitoral do Paraná – TRE/PR. E, registrada a ausência de representantes da Advocacia-Geral da União – AGU; Assembleia Legislativa do Paraná – ALEP; Ministério Público de Contas do Estado – MPC; Ministério Público do Trabalho – MPT; Procuradoria-Geral do Estado do Paraná – PGE/PR; e Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho – SEJUF. A sessão foi presidida pelo Coordenador Executivo, Maurício Kalache, e secretariada pela Controladoria-Geral do Estado.

Maurício Kalache (MPPR), como Coordenador Executivo, abriu a reunião e, inicialmente, cumprimentou e agradeceu a participação de todos os presentes. Preliminarmente, submeteu aos membros do Colegiado a aprovação da Ata da 39ª Reunião Ordinária, que teve anuência plena. Após, passou a palavra ao **Raul Clei Cocco Siqueira** para que apresentasse o Programa de Integridade e *Compliance* do Estado do Paraná.

Raul Clei Cocco Siqueira (CGE/PR) disse que tentaria condensar o assunto, tendo em vista a sua magnitude. Citou as legislações responsáveis pelas premissas e operacional do Programa de Integridade e *Compliance*: a Lei Estadual nº 19.857/2019 e o Decreto Estadual nº 2.902/2019. Antes de iniciar a apresentação, colocou a estrutura da CGE/PR à disposição para visitas. Primeiramente, apresentou as coordenadorias da CGE/PR, destacando os seus pontos focais, e explanou sobre o anteprojeto de lei para a instituição do quadro próprio da controladoria, bem como do atual quadro que já

contempla servidores de carreiras do Quadro Próprio do Poder Executivo. Relatou resumidamente algumas das atribuições dos Agentes de *Compliance*, como: identificação dos riscos e das vulnerabilidades; desenvolvimento da matriz de riscos, que em um plano cartesiano traz a frequência e o impacto do risco; elaboração de propostas de mitigação e; encaminhamento do Plano de Integridade ao gestor. O Plano de Integridade é um plano anual, possibilitando retestes, sendo encaminhada cópia ao Agente de Controle Interno para subsidiar as ações de controle. Ressaltou que o sucesso para a implementação do Programa de Integridade e *Compliance* do Estado do Paraná foi e é o comprometimento da alta administração. Por fim, elencou algumas das ferramentas utilizadas no Programa, como: Código de Ética, a qual foi pautada em uma ampla consulta pública; Portal da Transparência do Estado do Paraná; Comitê de Integridade e *Compliance*; Núcleo de Integridade e *Compliance*, que integra os Agentes de *Compliance*, de Controle Interno e de Ouvidoria e Transparência; e canais de denúncias (SIGO, urnas física e online, entrevistas com os servidores).

Maurício Kalache (MPPR) parabenizou a exposição e a gestão do Governo e do Controlador-Geral do Estado do Paraná, reconhecendo as dificuldades para implementar novas culturas que tiram o ambiente da inércia. Por fim, reforçou que se trata de uma tarefa hercúlea.

José Willian Gomes (CGU) destacou o Estado do Paraná frente aos demais e reforçou o papel do controle interno como ferramenta de assessoramento do gestor, porém, compreende que, para a efetiva implementação, é necessária a vontade política.

Ney da Nóbrega Ribas (OBS) agradeceu a apresentação e acredita que esta ação, em conjunto ao controle social, tem muito a contribuir para o desenvolvimento de uma nação. Aproveita a oportunidade para indagar sobre as ações do Estado do Paraná com a Transparência Internacional, em especial a viagem à Dinamarca, bem como sobre o uso de tecnologia.

Raul Clei Cocco Siqueira (CGE/PR) afirmou o papel essencial da sociedade no Programa de Integridade e *Compliance* do Estado do Paraná, e que o ideal é que todos os controles, interno, externo e social, se unam. Sobre o questionamento, informou que o Estado do Paraná foi escolhido pela Transparência Internacional para participar de um programa de capacitação de boas práticas de *compliance* aplicadas nos países nórdicos, onde são encontrados os menores índices de corrupção. Complementou

dizendo que na capacitação perceberam que muitas das políticas adotadas no Programa de Integridade e *Compliance* do Paraná estavam em consonância com as práticas empregadas nos países referenciais de combate à corrupção. Por fim, citou os sistemas que a CGE/PR adere, como: e-CGE, sistema informatizado da CGE/PR, que realiza toda a interface entre o Agente de *Compliance*, responsável pelo monitoramento do Plano de Integridade, e a Coordenadoria de Integridade e *Compliance*; SIGO, sistema de registro de manifestação dos cidadãos; Harpia, em fase de estudo; sistemas de auditorias, em fase de estudo; entre outras ferramentas tecnológicas.

José Willian Gomes (CGU) aproveitou a oportunidade para falar do sistema utilizado na CGU, o E-AUD, que é usado como um gerenciador de processos.

Maurício Kalache (MPPR) abriu a palavra para que os representantes das Comissões Permanentes relatassem os andamentos das atividades.

Conrado Schramme (CGE) relatou que a Comissão Permanente de Acesso, Intercâmbio de Informações e Inteligência está fazendo um mapeamento dos bancos de dados dos órgãos envolvidos, a fim de facilitar o compartilhamento por meio de convênio ou outra forma que julgarem adequada.

Leonardo Dumke Busatto (MPPR) falou das ações voltadas à Comissão Permanente de Prevenção e Controle Social: e-Prevenção e Força Cidadã, bem como do plano de ação que deverá ser homologado pelo plenário.

Francine Lia Wosniak (MPPR) informou a metodologia de bate-papo adotada pela Comissão Permanente de Capacitação e Proposição Legislativa, para que a Rede debata assuntos estratégicos, como o realizado em 08/04 sobre a aquisição de vacinas e insumos, além do próximo que abordará a nova lei de licitações.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião.

DELIBERAÇÕES			
nº	Ação	Responsável	Previsão
1	Plano de ação das comissões para validação.	Comissões	-